

ASPECTOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NO GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) EM EMPRESAS ALIMENTÍCIAS

Leonardo Fabris Lugoboni*

Professor do mestrado em administração da UNIB
Professor da FECAP e do Insper
Mestre e doutor em administração

Nelson Muniz Souza Junior

Especialista em Controladoria pela FECAP

Bruno de Souza Santos

Aluno de graduação da FECAP

Eduardo Carcelen Machado

Aluno de graduação da FECAP

Renato Paulo de Souza

Mestre em governança corporativa - FMU

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo evidenciar práticas de governança corporativa nos relatórios de sustentabilidade - GRI's, dando ênfase à importância de ambas as práticas em empresas do setor de alimentos e bebidas, listadas no Valor Econômico como as maiores receitas líquidas de 2015. Posteriormente, foram apurados indicadores para evidenciação de conceitos de governança corporativa presentes nesses relatórios. O estudo demonstrou a presença de aspectos de governança corporativa em todos os relatórios, onde os mais citados são os da equidade e transparência. Já os aspectos menos citados são os de auditoria independente e conselho fiscal. Sendo assim, é possível concluir que as empresas de grande porte possuem uma predisposição a divulgarem seus relatórios com maior evidenciação dos aspectos de governança corporativa, porém, esta não é uma regra, pois empresas como a Amaggi possuem uma divulgação menor dos aspectos de governança corporativa em seu relatório em relação a outras organizações de porte menor. Ademais, como contribuição gerencial desta pesquisa, um gestor poderia melhorar a evidenciação dos aspectos de governança corporativa na divulgação dos relatórios de sustentabilidade.

Palavras-chave: GRI, Governança Corporativa, Relatórios de Sustentabilidade, Empresas Alimentícias.

*Autor para correspondência / Author for correspondence / Autor para la correspondência.
Leonardo Fabris Lugoboni - leonardo.lugoboni@gmail.com

Data do recebimento do artigo (received): 10/jul./2019
Data do aceite de publicação (accepted): 12/dez./2019

Desk Review
Double BlindReview

This Journal uses the APA and ABNT formatting style. This article is formatted according to ABNT.

CORPORATE GOVERNANCE ASPECTS IN GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) IN FOOD COMPANIES

ABSTRACT

This research aims to evidence corporate governance practices in GRI's sustainability reports emphasizing the importance of both practices in food and beverage, companies listed on Valor Econômico magazine as the largest net revenues of 2015. Posteriorly, indicators were canvass of corporate governance concepts present in these reports. This study demonstrated the presence of some aspects of corporate governance in all reports and the most cited are equity and transparency. On the other hand, the least cited aspects were independent auditing and fiscal council. Therefore, it is possible to conceive that large companies have a predisposition to divulge their reports with more evidence of aspects of corporate governance, however, this is not a rule, as companies such as Amaggi have a minor disclosure of aspects of corporate governance In its report compared to other smaller organizations. In addition, as a managerial contribution of this research, a manager could improve the disclosure of aspects of corporate governance in the disclosure of sustainability reports.

Key-words: GRI, Corporate Governance, Sustainability Reporting, Food Companies.

1 INTRODUÇÃO

O movimento pela governança corporativa teve influência em meados da década iniciada em 1980 nos EUA. Os grandes investidores institucionais galgaram uma mobilização contra algumas corporações que eram administradas de forma irregular com perda aos acionistas. Esse movimento foi se expandindo pelo mundo, chegando até a Inglaterra primeiramente, e depois se estendendo pelo restante da Europa, chegando ao Brasil na década de 1990 (Borges & Serrão, 2005).

Segundo Grün (2005) "Governança corporativa" é uma expressão que vem se tornando conhecida em várias áreas da sociedade brasileira, principalmente na atividade econômica; metaforicamente, em outras áreas. Ela compreende um conjunto de dispositivos, cada vez mais diversificado quanto ao seu propósito e lógica interna, mas todos cooperando para estabelecer ou conservar uma relação entre acionistas e dirigentes das empresas, considerada apropriada para os interessados.

Nesse sentido, buscando boas ações regulatórias as maneiras de como uma companhia é gerida, Abbade e Mores (2012), consideram que a consolidação de práticas e iniciativas de RSC (responsabilidade social corporativa) e DS (desenvolvimento sustentável) são importantes para que se conquiste um entendimento maior de seus impactos na sociedade assim como para o comportamento organizacional.

Sendo assim, uma grande visão a respeito de o que é a responsabilidade social empresarial (RSE) vai permitir estimar o papel das empresas na fomentação de mudanças apropriadas às próximas gerações e à edificação de um mundo melhor e mais justo. A RSE deve estar evidentemente ligada aos valores da organização e o direcionamento a ela deve estar claro para os colaboradores, parceiros e clientes, bem como para a própria comunidade e para o governo. Equivoca-se a empresa que enxerga sua obrigação como limitada apenas às suas ações diretas. E isso vale também para o governante e para o cidadão em geral (Instituto Ethos, 2016).

Isto nos leva a observar que, com as recentes relações societárias do mundo globalizado, o progresso tecnológico, as alterações políticas, o rápido crescimento econômico, e o acelerado processamento das informações, têm causado diversos impactos negativos na sociedade, como: a poluição da atmosfera e dos lençóis d'água, destruição do meio ambiente, como também desemprego, corrupção, discriminação e desigualdades sociais. Devido a isto, a sociedade vem exercendo fortes coações sobre os principais agentes pioneiros dessas recentes relações - governo e empresas - para que mudem sua visão de negócios para uma postura mais ciente, promovendo através da responsabilidade social o que denominamos hoje, desenvolvimento sustentável (Leite Filho & Prates, 2009).

Permitindo uma economia global sustentável onde as companhias podem medir aspectos sociais e ambientais, Conceição, Dourado e Silva (2012) mencionam em sua pesquisa, que a realização do relatório de sustentabilidade empresarial na visão do GRI permite entendimento do perfil da companhia (informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como sua estratégia, perfil e governança).

Esta pesquisa tem por objetivo identificar e evidenciar práticas de governança corporativa presentes nos relatórios de sustentabilidade - GRI's, dando ênfase à

importância de ambas as práticas em empresas do setor alimentício. Que segundo Bianchi, Faé, Gelatti & Rocha (2013) um elemento que una e torne consistente a associação entre estratégias corporativas e de responsabilidade social é a busca pela distinção competitiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Governança corporativa

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são geridas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas (Ibgc, 2016).

Sendo assim, de acordo com pesquisa realizada por Shleifer e Vishny (1997), como é que os investidores estarão seguros de que os gestores devolverão uma parte dos lucros para a eles? Como é que eles se certificarão de que os gestores não roubarão o capital fornecido ou investirão em projetos ruins? Como os investidores controlarão o capital investido? A Governança Corporativa lida com as formas em que os investidores garantem obter um retorno sobre seu investimento.

Logo, as demandas pela governança corporativa obtiveram maior relevância a partir da chegada das modernas corporações, nas quais há separação entre controle e gestão Malacrida e Yamamoto (2006).

Conforme Carvalho (2002), Governança Corporativa (ou Governança Empresarial), de maneira bastante genérica, pode ser descrita como os mecanismos ou conceitos que controlam o processo decisório dentro de uma empresa. Governança Corporativa é um conjunto de regras que buscam minimizar os problemas de agência.

Afinal o termo Governança Corporativa existe há muito tempo. A mobilização pela governança corporativa teve influência em meados da década iniciada em 1980 nos EUA (Borges & Serrão, 2005). Seguindo os escândalos de grandes corporações americanas, mais e mais países iniciaram reformas de governança corporativa para reforçar a proteção dos interesses dos investidores. Despontou como uma das grandes

preocupações políticas para muitos países emergentes após a crise financeira na Ásia, na Rússia e na América Latina. A queda da Enron sugere que mesmo os países altamente industrializados, como os EUA não estão imunes contra reações desastrosas de má governança corporativa Wu (2005).

Outrossim, de acordo com Klotzle e Costa (2006), no Brasil a introdução dos princípios de governança corporativa nas empresas é um processo recente. Sua influência tornou-se crescente com as mudanças transcorridas na economia brasileira, a partir da década de noventa, com as privatizações e a chegada de empresas estrangeiras. Cabe ressaltar que a pouca participação dos acionistas minoritários foi um dos fatores fundamentais para a discussão sobre governança corporativa no Brasil.

Por outro lado, a governabilidade é entendida como uma prática influenciada pela cultura, valores, atitudes e modelos mentais que norteiam as relações de uma sociedade específica. Para os autores, o modo como as sociedades enfrentam os desafios e as possibilidades (governabilidade) depende de suas qualidades institucionais presentes (a governança), que está demonstrada no conjunto de normas, crenças, convicções e procedimentos que regulam a vida coletiva de uma sociedade ou comunidade. Assim, a governança é o primeiro disposto da governabilidade, que se soma às capacidades dos atores políticos, econômicos e sociais, às capacidades do governo e da qualidade das lideranças que lidam com a sociedade, Estado, mercado e organizações (Benedicto, Guimarães, Pereira & Andrade. 2013). Os princípios para uma boa governança corporativa estão apresentados no quadro 1.

Quadro 1: Princípios básicos da boa governança corporativa:

PRINCÍPIO	DEFINIÇÃO
Equidade	Caracteriza-se pelo tratamento justo e imparcial de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.
Prestação de Contas (accountability)	Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, preciso, compreensível e tempestivo, arcando integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com zelo e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.
Transparência	Consiste na aspiração de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve se resumir ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que orientam a ação gerencial e que condizem à preservação e à otimização do valor da organização.

PRINCÍPIO	DEFINIÇÃO
Responsabilidade corporativa	Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das companhias, diminuir as exposições negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.) no curto, médio e longo prazos.

Fonte: IBGC, 2015.

Ainda mais, segundo Kitagawa e Ribeiro (2009) numa tentativa de convergência das regras de governança para um modelo aceito internacionalmente, aperfeiçoando as estruturas legais, institucionais e reguladoras, com foco nas empresas que possuem suas ações negociadas no mercado, esses princípios provem de uma orientação específica para os legisladores, órgãos reguladores e participantes do mercado. Conforme demonstrado no quadro 2 a seguir, que tem como objetivo evidenciar a frequência com que os princípios de governança corporativa são citados pelos órgãos competentes selecionados para esta pesquisa.

Quadro 2: Citações dos princípios de governança corporativa pelos órgãos competentes

PRINCÍPIO	IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa)	COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)	CVM (Comissão de Valores Mobiliário)	BM&F BOVESPA	TOTAL
EQUIDADE	X	X	X	X	4
TRANSPARÊNCIA	X	X	X	X	4
PRESTAÇÃO DE CONTAS	X	X	X		3
RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	X	X			2
TOTAL	4	4	3	2	13

Fonte: Elaborada pelo autor.

Dos órgãos reguladores selecionados, os princípios mais vezes citados são os que tratam de equidade e transparência, mencionados em todos, seguido do princípio de responsabilidade corporativa e o menos citado que é o princípio da responsabilidade corporativa.

Além disso, o quadro 3 a seguir, demonstra o que dizem os órgãos competentes à respeito dos princípios de governança corporativa.

Ademais Marques (2007), menciona que os conceitos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), sustentam o ponto de referência para que as empresas e países desenvolvam os seus próprios princípios, submetidos às suas particularidades e necessidades. Hoje em dia, o desenvolvimento dos princípios é tão amplo que abrangem outros temas, como os métodos alternativos de solução de conflitos, a responsabilidade social da empresa, as políticas de *e-governance* e o meio ambiente das empresas, etc. Os pilares fundamentais da OCDE são: os direitos dos acionistas; o tratamento equitativo dos acionistas; o papel dos terceiros fornecedores de recursos; acesso e transparência da informação, e a responsabilidade da diretoria e do conselho de administração.

Similarmente Mertzanis (2001) reporta em seu artigo aspectos recomendados para uma boa governança corporativa: respeito aos direitos e obrigações dos os investidores, tratamento equitativo dos acionistas e divulgação de informações e questões de auditoria (*disclosure*).

Quadro 3: Descrição dos princípios de governança corporativa pelos órgãos competentes.

ÓRGÃO	EQUIDADE	PRESTAÇÃO DE CONTAS (accountability)	TRANSPARÊNCIA	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
BM&FBOVESPA	"Estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros."		"A Companhia deverá divulgar as Transações com Partes Relacionadas fornecendo detalhes suficientes para identificação das Partes Relacionadas e de quaisquer condições essenciais ou não estritamente comutativas inerentes às transações em questão, permitindo, assim, aos acionistas da Companhia a possibilidade de fiscalizar e acompanhar os atos de gestão da Companhia."	
CVM (Comissão de Valores Mobiliários)	"O estatuto deve regular com clareza as exigências necessárias para voto e representação de acionistas em assembleias, tendo como objetivo facilitar a participação e votação - As decisões de alta relevância devem ser deliberadas pela maioria do capital social, cabendo a cada ação um voto, independente de classe ou espécie. Dentre as decisões de maior importância."	"A companhia deve adotar, além dos princípios de contabilidade em vigor no Brasil, normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) ou utilizadas nos Estados Unidos da América (United States Generally Accepted Accounting Principles-US GAAP), atestados por auditor independente."	"A devida transparência aos contratos entre partes relacionadas, de forma a facultar aos acionistas o exercício do direito essencial de fiscalização e acompanhamento dos atos de gestão da companhia."	
IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa)	"Caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas."	"Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis."	"Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que condizem à preservação e à otimização do valor da organização."	"Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc")
COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)	"Uma governança eficaz assegura a responsabilização, a equidade e a transparência nas relações da organização com seus diversos stakeholders"	"As responsabilidades dos diretores devem contemplar autoridade e responsabilidade por ações tomadas. Cada diretor será cobrado pelo nível hierárquico imediatamente superior, quanto a parte do gerenciamento de riscos corporativos que lhe cabe, ficando com o presidente a responsabilidade final perante o conselho de administração."	"Justiça e transparência nas relações da organização com seus diversos stakeholders, por exemplo, acionistas, credores, clientes, fornecedores, funcionários, governos, reguladores e as comunidades em que opera"	"Planejamento de negócios, fornecendo plano de alto nível da administração para o que a organização pretende alcançar ao longo de seu horizonte de planejamento estratégico selecionado, incluindo sua direção geral, varredura ambiental, capacidades de diferenciação e infraestrutura necessária para tornar as capacidades de diferenciação uma realidade

Fonte: Elaborada pelo autor.

Da mesma forma Cova (2008) demonstra em sua pesquisa que o principal pilar da Governança Corporativa é retratado pela eficiência e eficácia com que os conjuntos de informações contábeis são capazes de difundir os elementos formadores de segurança para a tomada de decisão nos distintos níveis das organizações, bem como para dar a necessária transparência dos atos de controle aos diversos agentes dos mercados financeiros, possibilitando assim que o mercado forme os preços e promova a mais eficiente alocação dos recursos. Os pilares para uma boa governança corporativa estão apresentados no quadro 4.

Quadro 4: Pilares da boa governança corporativa.

PILAR	DEFINIÇÃO
Sócios	Cada sócio é um proprietário da companhia, na proporção de sua participação no capital social. “Uma ação = um voto”
Conselho de administração	O Conselho de Administração, órgão colegiado responsável pelo processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico, é o principal componente do sistema de governança. Seu papel é ser o elo entre a propriedade e a gestão para dirigir e supervisionar a relação desta última com as demais partes interessadas. O Conselho recebe poderes dos sócios e presta contas a eles.
Gestão	É o responsável pela execução das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e deve prestar contas a este órgão. Seu dever de lealdade é para com a organização. O diretor-presidente é responsável pela gestão da organização e coordenação da Diretoria.
Auditoria independente	Sua atribuição básica é verificar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade. Toda organização deve ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor externo independente.
Conselho fiscal	O Conselho Fiscal é parte integrante do sistema de governança das organizações brasileiras. Conforme o estatuto, pode ser permanente ou não. Sua instalação, no segundo caso, dar-se-á por meio do pedido de algum sócio ou grupo de sócios. Seus principais objetivos são:

Fonte: IBGC, 2010.

Com o propósito de garantir aos investidores uma gestão competente alinhada com suas finalidades, garantindo um ganho de retorno àqueles que aplicaram seus recursos nos ativos da organização (Sampaio, Lima, Cabral & Paula). As pessoas que estão dentro das corporações não necessariamente agem visando o melhor para os provedores de fundos sendo assim, a premissa por trás da governança corporativa é de assegurar este controle (Sonza & Kloeckner, 2014).

2.1.1. RSE- RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Em meados da década de 50, de acordo com Quintão e Isabella (2015) o princípio mais trabalhado era o de filantropia, que consistia na doação do patrimônio próprio do dono da empresa e não do patrimônio da companhia.

Posteriormente a atenção com as atividades socialmente responsáveis praticadas pelas empresas tem conduzido ao desenvolvimento de inúmeras teorias e abordagens, buscando entender como e com que impacto as estratégias de responsabilidade social auxiliaram para criar vantagens competitivas e desempenho superior às companhias que as adotam (Azevedo; Ende & Wittmann, 2015).

Outros argumentos se referem às vantagens competitivas por meio da diferenciação, o desenvolvimento da notoriedade da empresa e a legitimidade aos olhos dos acionistas, e, finalmente, a adoção de uma perspectiva de ganho, no sentido de que a adoção de conceitos de RSE satisfaz as exigências das partes interessadas, ao mesmo tempo que possibilitam a empresa desenvolver suas atividades e alcançar os seus objetivos (Madorran & Garcia, 2016). De acordo com Almeida e Santos (2016) pesquisas recentes apontam que a estrutura de capital também pode ser afetada pelos costumes de responsabilidade social.

Por consequência conforme mencionara em sua pesquisa Pires, Leite e Pereira (2015), o desenvolvimento de ações na linha de preocupação com a ética deve ser priorizado, certificação de qualidade ou meio ambiente, publicação de relatório de RSE, desenvolvimento de ações relacionadas ao impacto na sociedade onde a empresa se insere e também o desenvolvimento de regulamento interno de conduta ou de boas práticas, com atenção voltada ao cidadão e ao meio ambiente.

Enfim os resultados apontam que o desempenho econômico-financeiro induz tanto aos benefícios sociais internos, quanto aos benefícios sociais externos. Certifica-se que quanto maior for o desempenho econômico-financeiro das empresas, maiores serão os investimentos destinados ao público interno das companhias, e em seguida é investido em benefícios sociais externos direcionados à sociedade (Pletsch; Silva & Hein, 2015).

2.1.1.1. GRI - Global Reporting Initiative

O GRI foi fundado em Boston, EUA. Suas origens estão ligadas as organizações sem fins lucrativos dos Estados Unidos, a Coalizão para Economias Ambientalmente Responsáveis (CERES) e o Tellus Institute. O Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) também compreende a formação do GRI. Sendo assim, o ex-diretor executivo da CERES Dr. Robert Massie e o chefe do executivo interino Dr. Allen White, pioneiro de um quadro para a elaboração de relatórios ambientais no início de 1990, e como

resultado, foi criada em 1997 o departamento de projeto *Global Reporting Initiative*, a fim de desenvolver esta representação. O objetivo era criar um mecanismo de responsabilização para garantir que as empresas estivessem seguindo os Princípios CERES de conduta ambiental responsável. Os investidores eram o público-alvo original do quadro. (Gri, 2016).

Sendo assim, de acordo com Fernandes (2013) as mudanças climáticas, os acidentes ambientais, os protocolos e as conferências ambientais realizadas foram fatores fundamentais para o acirramento da cobrança dos *stakeholders* à divulgação de informações ambientais por parte das companhias. Devido a essa exigência as empresas começaram a adotar práticas sustentáveis para serem mais competitivas e para manter sua legitimidade no mercado, portanto, é crescente a evidenciação de informações ambientais voluntárias tanto nos relatórios financeiros, quanto nos sites das companhias e também por meio da divulgação de relatórios voluntários como o IBASE e o GRI (*Global Report Iniciate*).

Ademais segundo Thimóteo, Gaecez e Hourneaux (2015), a abrangência com que é tratada a sustentabilidade determina a utilização de algum modelo ou diretriz para sua aplicação pelas companhias.

Logo, o Brasil atualmente conforme GRI (2016) encontra-se em terceiro lugar no mundo em número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade. Em 2010, mais de 160 relatórios brasileiros fundamentados na estrutura da GRI foram registrados na Lista de Relatórios da GRI. O povo indígena e a rica biodiversidade do Brasil estão entre os principais aspectos de influência no campo do desenvolvimento sustentável.

Mesmo assim, de acordo com Dias, Soekla e Souza (2008), no Brasil e em alguns outros países não existe consenso a respeito da configuração que esta demonstração deve apresentar o que fez com que algumas organizações não governamentais somassem esforços e desenvolvessem seus modelos que teriam adesão voluntária por parte das organizações.

2.1.1.1.1. DISclOsuRE

A difusão de informações, por parte das empresas, é fundamental para os seus usuários no processo de tomada de decisões. Assim, a evidenciação transparente,

objetiva e completa possibilita um maior grau de confiabilidade e segurança ao se decidir por uma alternativa em detrimento de outras (Malacrida & Yamamoto, 2006).

Além disso, Angotti, Macêdo e Bispo (2016), mencionam em sua pesquisa que com a intenção de que as demonstrações contábil-financeiras retratam fidedignamente a posição financeira e patrimonial das entidades observa-se, insistentemente, uma busca pela melhoria na idealização dos demonstrativos contábeis. Por consequência, ao considerar os objetivos informacionais da contabilidade, tornou-se relevante levantar o valor da empresa inserindo novas ferramentas para avaliação da posição financeira e patrimonial, tendo em vista a relevância na apuração e divulgação mais transparente dos resultados contábeis - *value relevance*.

Os pedidos de maior transparência e preocupação com a compreensão ética levaram a uma maior regulamentação sobre o processo de elaboração de relatórios financeiros, tendo a profissão perdido uma grande parte da sua credibilidade para a autorregulação (Brody, Couter & Jewell, 2006).

Seguindo este raciocínio, Schneider e Scholze (2015) mencionam que as normas contábeis fazem parte deste regulamento e a ideia básica é que há a necessidade de uma maior regulamentação e transparência. Para as normas contábeis isso pode ser interpretado como obrigatória a divulgação completa.

Ademais Bewley (2005), evidência que a regulamentação dos relatórios financeiros é uma consideração importante na elaboração das demonstrações. Regulamentação de relatórios financeiros inclui normas emitidas pelos reguladores dos mercados de valores mobiliários e da profissão de contabilidade, bem como a aplicação destas normas. À medida que as condições econômicas mudam, novas regulamentações de relatórios financeiros são emitidas para aumentar a abrangência das divulgações e / ou o significado das informações relatadas.

Enfim, ao longo das últimas duas décadas, a divulgação de documentos emergiu como uma das áreas mais importantes da pesquisa em contabilidade. O interesse nesta área tem sido alimentado por uma percepção crescente entre os pesquisadores, as formas com que os gestores divulgam informações sobre suas empresas tem efeitos significativos sobre resultados do mercado de capitais. Os administradores gastam um tempo considerável planejando as divulgações de suas companhias de forma que

os investidores acreditem em suas decisões, pois estas tem implicações de valores de primeira ordem (Miller & Skinner, 2015).

2.1.1.1.1. ESTUDOS CORRELATOS

Leite et al (2015), com o objetivo de analisar o comportamento da evidenciação de riscos corporativos, nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor bancário, durante os anos de 2010 a 2012. O estudo revelou maior divulgação nas empresas do Novo Mercado comparado ao Mercado Tradicional.

Amorin, Oliveira, Ponte e Abreu (2017), com o objetivo de investigar o seguinte a questão: Qual a influência do ambiente institucional dos países do BRICS no nível de divulgação de informações ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica? Concluíram que teve-se que em geral a prática de divulgação de informações ambientais pelas empresas necessitam de melhorias, haja vista o baixo nível de divulgação das empresas da Índia e da China e pela grande quantidade de indicadores que não atenderam à divulgação recomendada pela GRI quanto ao tipo de informação a ser evidenciada.

Dias, Soekha e Souza (2008), com o objetivo de observar os problemas relacionados à elaboração e divulgação do Balanço Social através de uma pesquisa de campo na empresa Albras, os benefícios esperados, as dificuldades encontradas, os custos relacionados ao mesmo e verificar o estágio em que esta empresa encontra-se referente à utilização dos indicadores propostos pelo GRI. Concluíram que, que a responsabilidade pela elaboração de tal demonstrativo deveria ser uma das funções do contador, não tendo sido isto observado na prática.

Tonani e Silva (2014) pesquisaram a relação entre a divulgação de pagamento baseado em ações e os níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA. Compuseram a amostra 156 empresas listadas na BM&FBOVESPA que possuíam pagamento baseado em ações, sendo 122 pertencentes aos níveis diferenciados de governança corporativa e 34 provenientes de segmento tradicional. Posteriormente, suas demonstrações contábeis e notas explicativas foram submetidas à análise de nível de conformidade a fim de verificar como foram evidenciadas as informações sobre opções de ações no exercício de 2011, tomando como base as normas de divulgação contidas no Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em ações. Os resultados atenderam às expectativas de que as

empresas provenientes de segmentos de governança corporativa evidenciavam em nível mais elevado, comparativamente às empresas listadas em segmento tradicional, quanto às informações sobre o pagamento baseado em ações.

Conceição, Dourado e Silva, (2012), com objetivo de propor um estudo exploratório sobre a prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial (SE) em companhias do Brasil e demais países da América Latina, tomando como parâmetro o relatório de sustentabilidade empresarial denominado *Global Reporting Initiative* (GRI). A partir dos pressupostos teóricos da teoria da divulgação voluntária e da teoria de legitimidade, estabelece reflexões acerca da sua aderência ao processo de comunicação em sustentabilidade empresarial das companhias. Concluíram que, na Europa, Ásia e América Latina têm se destacado no esforço de adoção de práticas de divulgação de sustentabilidade empresarial ao longo do período de 1999 a 2010, especialmente a partir dos primeiros anos do século XXI, sendo as empresas de grande e médio porte aquelas mais inclinadas a aderir à prática de comunicação do desempenho em sustentabilidade empresarial.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem por objetivo identificar e evidenciar práticas de governança corporativa presentes nos relatórios de sustentabilidade dos GRI's nas maiores empresas do setor alimentício e de bebidas com capital brasileiro.

3.1. A amostra

Esta pesquisa descritiva analisa junto às empresas brasileiras do setor de alimentos e bebidas a divulgação de seus respectivos relatórios de sustentabilidade no padrão GRI no exercício de 2016, referentes às suas atividades no ano de 2015 e, posteriormente, foram verificados a presença de aspectos de governança corporativa nestes relatórios. De um total de 1.000 empresas divulgadas pelo Valor Econômico, foram consideradas apenas as empresas do setor de alimentos e bebidas com capital brasileiro. A amostra do estudo resultou em 71 empresas.

3.2. O método de análise de conteúdo

Produzir conclusões sobre o texto objetivo é a razão de ser da análise de conteúdo (CAMPOS, 2004).

Sendo assim, foi dado ênfase à importância de ambas as práticas nas maiores empresas do setor alimentício com capital brasileiro no exercício 2015 segundo o Valor Econômico.

Bem como o critério utilizado foi filtrar no site Valor Econômico apenas as empresas de alimentos e bebidas, com capital 100% brasileiro. Além disso, o quadro 4 a seguir, referencia os fundamentos adotados na análise dos GRI's.

Quadro 4: Variáveis da pesquisa.

ASPECTOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	EVIDENCIAÇÃO NO GRI
Equidade	1 ponto menções a respeito.
Transparência (mensagem aos acionistas)	1 ponto para a quantidade de cartas (tópicos) direcionados abertamente aos acionistas.
Transparência	1 ponto para a publicação do relatório mais a soma de todos os outros pontos da tabela.
Missão, Visão e Valores	1 ponto pela divulgação da missão, visão e valores mais 1 ponto por citações que remetem aos mesmos.
Prestação de Contas (accountability)	1 ponto para cada demonstração contábil divulgada (BP, DRE, DRA e DMPL).
Responsabilidade corporativa	1 ponto pela abordagem de cada tema: Missão e políticas de comprometimento; Responsabilidade Legal; Responsabilidade econômica; Responsabilidade social.
Sócios	1 ponto para cada menção a respeito.
Conselho Administrativo	1 ponto pela evidência do conselho e sua formatação mais 1 ponto por cada menção a respeito.
Conselho Fiscal	1 ponto pela evidência do conselho e sua formatação mais 1 ponto por cada menção a respeito.
Auditoria independente	1 ponto por o relatório sofrer auditoria externa mais 1 ponto por citação.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A priori, foram pesquisados nos sites das empresas desta relação a divulgação de seus devidos relatórios de sustentabilidade nos padrões do GRI, com o intuito de coletar as informações necessárias. As empresas que divulgaram o Gri no site são: JBS, BRF, Marfig, Amaggi, Minerva Foods, M. Dias Branco, Caramuru Alimentos, Citrosuco e Algar Agro.

Posteriormente a coleta dos relatórios anuais de sustentabilidade, foram apuradas a presença e evidências de governança corporativa. Ressalta-se ainda que estas empresas adotaram no exercício de 2015, o GRI - versão G4. Sendo assim, a amostra foi composta pelas empresas: JBS, BRF, Marfig, Amaggi, Minerva Foods, M. Dias Branco, Caramuru Alimentos, Citrosuco, Algar Agro e Cia. Muller de Bebidas.

Contudo, mesmo a divulgação dos relatórios de sustentabilidade garantindo benefícios competitivos, de acordo com a pesquisa elaborada por Azevedo, Ende e Wittmann (2015) a atenção com as atividades socialmente responsáveis praticadas pelas empresas tem conduzido ao desenvolvimento de inúmeras teorias e abordagens, buscando entender como e com que impacto as estratégias de responsabilidade social auxiliaram para criar vantagens competitivas e desempenho superior às companhias que as adotam, algumas empresas não dispõem desta prática.

Logo, ao entrar em contato com o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) solicitando a disponibilização das informações de sustentabilidade da empresa, houveram considerações diversificadas, desde o fornecimento de um número de telefone para entrar em contato ao total desconhecimento do assunto por parte de pessoas responsáveis.

Dentre as empresas que não dispõem o GRI ou que não disponibilizaram foram: Aurora, Camil, Piracanjuba, Vonpar, Garoto, Pif-Paf Alimentos, Josapar, Embaré, Dalia Alimentos, Cacique, Pamplona, SSA Alimentos, Marilan, Laticínios Jussara, Parati, Baldo, Café São Braz e Conservas Oderich. As demais empresas não se pronunciaram a respeito.

Quadro 5: Empresas contatadas que não disponibilizaram o GRI no exercício 2015 e suas considerações.

EMPRESA	CONSIDERAÇÕES DA EMPRESA	CONSIDERAÇÕES DO AUTOR
Aurora Alimentos	"Agradecemos seu contato. Peço a gentileza de entrar em contato com nossa matriz, localizada em Chapecó - SC, e solicitar o departamento de controladoria através do telefone abaixo: (49) 3321-3000."	Segundo o atendente: "É necessário login e senha para ter acesso aos relatórios."
Camil	"Agradecemos sua mensagem, que foi enviada para os responsáveis, caso haja interesse eles farão contato"	Empresa disponibiliza um relatório denominado "Relatório anual exercício 2015" ao qual não trata de sustentabilidade.
Piracanjuba	"Agradeço seu contato e a oportunidade em atendê-lo. Infelizmente não disponibilizamos nossos relatórios, eles são restritos a empresa."	
Vonpar	"Informamos que, devido a Política Interna da empresa, estas informações não são divulgadas."	
Garoto	Resposta automática: "Recebemos sua mensagem e, em breve, entraremos em contato."	Segundo a atendente: "a empresa não disponibiliza estas informações ao público."
PifPaf Alimentos	"Gentileza entrar em contato com o setor de contabilidade pelo contato (31) - 3348-3517."	Não atendem ligação no número indicado.
Josapar	"Dados podem ser encontrados no site da companhia ou no site da CVM."	GRI não disponível no site indicado.
Embaré	Resposta automática: "Recebemos sua mensagem e agradecemos seu contato! Retornaremos, se necessário, o mais breve possível."	
Dalia Alimentos	É necessário login e senha para ter acesso aos relatórios	
Cacique (companhia de café solúvel)	"Agradecemos o seu contato e o seu interesse pela empresa. No entanto, todas informações que podemos disponibilizar estão em nosso site: site: www.cacique.com.br "	GRI não disponível no site indicado.
Pamplona	"Você poderia verificar no site que tem muitas informações disponíveis."	GRI não disponível no site indicado.
SSA Alimentos	"Por gentileza acesse os nossos sites e realize a pesquisa ssa-br, superfrango.com.br, boua.com.br	GRI não disponível no site indicado.
Marilan	"Esclarecemos que as informações que a Marilan disponibiliza para pesquisas e trabalhos escolares estão no site www.marilan.com, demais informações são de acesso restrito à empresa conforme política interna."	GRI não disponível no site indicado.
Laticínios Jussara	"Solicitamos que ligue na matriz da empresa (16) 3145 9900 e peça pra falar no marketing."	Atendente não sabia do que tratava o assunto "Relatório de sustentabilidade".
Parati	"Informamos que respondemos apenas pesquisas oficiais que nos são solicitadas."	
Baldo	"As demonstrações da empresa estão publicadas no DOE do RS no mês de maio de 2015"	
Café São Braz	Mensagem automática: "Mensagens referentes aos nossos produtos serão respondidas no máximo em 02 dias úteis. Propostas de patrocínios e demais contatos serão encaminhados ao setor responsável para análise e verificação de interesse da empresa. Havendo interesse ou disponibilidade, entraremos em contato."	
Conservas Oederich	"As informações que dispomos, o sr. vai achar no site no link investidores."	GRI não disponível no link indicado.

Fonte: Elaborada pelo autor.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando os relatórios de sustentabilidade - GRI das empresas, foram evidenciados no quadro 6 aspectos de governança corporativa, onde “1” significa que, a empresa em sua divulgação expressa assuntos que tratam dos pilares e/ou princípios da boa governança corporativa (equidade, transparência, responsabilidade corporativa, sócios, gestão, conselho administrativo, conselho fiscal e auditoria independente do relatório) e “0” significa a não evidenciação de tais aspectos em suas publicações.

Quadro 6: Quantidade de citações dos princípios de governança corporativa por parte das empresas.

Empresa	EVIDÊNCIAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NOS GRI's									Total
	Equidade	Transparência	Resp. Corporativa	Gestão	Sócios	Prest.de contas	Conselho Adm.	Conselho Fiscal	Audit. Independente	
1 - JBS	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8
2 - BRF	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8
3 - MARFIG	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8
4 - MINERVA	1	1	1	1	1	0	1	1	1	8
5 - CITROSUCO	1	1	1	1	1	1	1	0	1	8
6 - ALGAR	1	1	1	1	1	1	1	0	0	7
7 - AMAGGI	1	1	1	1	1	1	1	0	0	7
8 -M. DIAS B.	1	1	1	1	1	1	1	0	0	7
9 - CARAMURU	1	1	1	1	1	1	0	0	0	6
10 - CIA. MULLER	1	1	1	1	0	0	0	0	0	4
Total	10	10	10	10	9	8	8	4	2	71

Fonte: Elaborada pelo autor.

Bem como os aspectos de governança corporativa mais presentes nos relatórios de sustentabilidade - GRI's divulgados foram: equidade (10), transparência (10), responsabilidade corporativa (10) e gestão (10), evidenciados em todos os relatórios. Entretanto, os menos evidenciados foram: sócios (9), prestação de contas (8), conselho de administração (8), conselho fiscal (4) e auditoria independente das informações divulgadas (4).

Sendo assim, as empresas de grande porte econômico são mais predispostas a divulgar as informações ambientais que as empresas menores, Bragaet al (2011). No quadro 6 fica evidente uma maior presença dos aspectos de governança corporativa nos relatórios de sustentabilidade das empresas de maior porte. Contudo, a empresa Amaggi apesar de ser uma empresa maior, divulga menos aspectos de governança corporativa do que a Citrosuco, empresa menor porém com a quantidade de evidências iguais às maiores da pesquisa como JBS e BRF.

Quadro 7: Porte da empresa baseado em sua receita líquida no exercício de 2015.

Classificação	EMPRESA	Receita líquida (em R\$ milhões)	TOTAL DE ASPECTOS CITADOS
1	JBS	162.914,0	8
2	BRF	32.196,6	8
3	Marfig	18.891,8	8
4	Amaggi	12.684,8	7
5	Minerva Foods	9.524,8	8
6	M. Dias Branco	4.622,2	7
7	Caramuru Alimentos	3.335,3	6
8	Citrosuco	2.746,9	8
9	Algar Agro	2.151,0	7
10	Cia. Muller de Bebidas	430,6	4

Fonte: Elaborada pelo autor.

Também foram evidenciados, conforme o quadro 7 os aspectos de governança corporativa e a quantidade de citações presentes em seus respectivos relatórios de sustentabilidade - GRI.

Outrossim, os aspectos mais evidenciados nos relatórios divulgados foram o da transparência (238 evidências) que, de acordo com Benedicto et al (2013), uma postura ética e transparente é extremamente valorizada.

O segundo aspecto mais evidenciado foram menções sobre o conselho de administração (64 evidências). Em sua pesquisa Gomes (2015), afirma que a independência do conselho de administração, desde o princípio, foi colocado em destaque como o principal mecanismo interno para a diminuição dos custos de agência entre acionistas e gestores e, conseqüentemente, para melhorar o desempenho da empresa. Observa-se que o maior número de evidências ocorreu nas empresas Marfig e BRF.

Quadro 8: Evidenciação dos princípios de governança corporativa por parte das empresas.

EMPRESA	EVIDÊNCIAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NOS GRI'S																				TOTAL
	Transparência	%	Conselho Administrativo	%	Responsabilidade corporativa	%	Sócios	%	Missão, Visão e Valores	%	Equidade	%	Transparência (mensagem aos acionistas)	%	Prestação de Contas	%	Conselho Fiscal	%	Auditoria independente	%	
Marfig	40	51%	14	18%	4	5%	5	6%	7	9%	3	4%	3	4%	2	3%	1	1%	0	0%	79
BRF	38	51%	13	17%	4	5%	10	13%	0	0%	3	4%	1	1%	3	4%	3	4%	0	0%	75
Minerva Foods	30	51%	10	17%	4	7%	3	5%	2	3%	3	5%	2	3%	0	0%	3	5%	2	3%	59
M. Dias Branco	27	51%	5	9%	4	8%	6	11%	5	9%	3	6%	1	2%	2	4%	0	0%	0	0%	53
JBS	24	51%	7	15%	4	9%	5	11%	0	0%	3	6%	1	2%	2	4%	1	2%	0	0%	47
Citrosuco	22	51%	6	14%	4	9%	1	2%	3	7%	2	5%	2	5%	1	2%	0	0%	2	5%	43
Algar Agro	21	51%	6	15%	4	10%	1	2%	4	10%	2	5%	1	2%	2	5%	0	0%	0	0%	41
Amaggi	16	52%	3	10%	4	13%	2	6%	3	10%	2	6%	1	3%	0	0%	0	0%	0	0%	31
Caramuru Alimentos	13	52%	0	0%	4	16%	1	4%	3	12%	1	4%	2	8%	1	4%	0	0%	0	0%	25
Cia. Muller de Bebidas	7	54%	0	0%	4	31%	0	0%	0	0%	1	8%	1	8%	0	0%	0	0%	0	0%	13
Total	238	51%	64	14%	40	9%	34	7%	27	6%	23	5%	15	3%	13	3%	8	2%	4	1%	466

Fonte: Elaborada pelo autor.

À saber que, a representatividade no total de alguns aspectos evidenciados no quadro 8, apresenta um percentual maior em relação à outros. Por exemplo: a quantidade de 1 (uma) evidência de um determinado aspecto, com um total de 31 (trinta e uma) evidências de governança corporativa de uma determinada empresa, acabará por ter um percentual maior deste aspecto com relação à mesma quantidade de evidências em uma outra empresa com um total de aspectos de 79 evidências:

$$\frac{\text{Evidência}}{\text{Total de evidências}} = \frac{1}{31} = 3\% \qquad \frac{1}{79} = 1\%$$

Em contraste com a evidenciação dos aspectos de governança corporativa presentes nos relatórios de sustentabilidade - GRI's, os aspectos com menores citações foram o da auditoria independente dos relatórios (4 evidências) que Dias et al. (2008) em sua pesquisa afirmaram que, a não existência de auditoria relacionada a estas referências fazem com que os pontos relacionados à transparência do mesmo não sejam totalmente atingidos, destacando-se pelo falta de evidências as empresas Marfig, BRF, M. Dias Branco, JBS, Algar Agro, Amaggi, Caramuru Alimentos e Cia Muler de Bebidas. O segundo aspecto menos evidenciado foram menções sobre o conselho fiscal (8 evidências). Observa-se que o as empresas com nenhuma citação a respeito - M. Dias Branco, Citrosuco, Algar Agro, Amaggi, Caramuru Alimentos, e Cia. Muler de Bebidas. Vale ressaltar também, a grande evidenciação do aspecto da transparência, atingindo um total acima de 50% de todas as empresas. De acordo com a pesquisa de Nagano et al (2013), ganharam importância crescente no que se refere à transparência exigida das organizações, cobradas pela sociedade a adoção de estratégias sustentáveis, informações relacionadas à sustentabilidade e prestações de contas sobre o desempenho e o impacto nos âmbitos econômicos, ambientais e sociais, as informações relacionadas à sustentabilidade.

Foram demonstradas também, como as empresas que possuem um maior número de aspectos de governança corporativa em seus respectivos GRI's: Marfig (79) e BRF (75).

Contrastando à essas evidenciações em seus devidos relatórios de sustentabilidade, a empresas Cia. Müller de Bebidas (13) e Caramuru Alimentos

apresentaram os menores níveis de indícios de governança corporativa em suas divulgações. Por consequência, foram evidenciadas práticas de governança corporativa em todos os relatórios de sustentabilidade - GRI's pesquisados, Conceição et al. (2012) mencionam em sua pesquisa, que a realização do relatório de sustentabilidade empresarial na visão do GRI permite entendimento do perfil da companhia. Conforme, demonstrado no quadro 9 a seguir, em que cada aspecto da pesquisa foi evidenciado por uma empresa.

Quadro 9: Aspectos de governança corporativa descritos nos GRI's de cada organização.

EMPRESA	PRINCÍPIO	CONTEÚDO REPORTADO NO GRI
JBS	Conselho Administrativo	"(...) reúne representantes dos acionistas com o intuito de determinar as linhas centrais dos negócios e metas relativas aos temas econômicos, sociais e ambientais, além de decidir sobre questões chave, em linha com as competências que lhe são atribuídas pelo Estatuto Social."
	Conselho Fiscal	"Dentre suas atribuições, fiscaliza documentos expedidos pelos Administradores e, se necessário, opina ou denuncia erros, fraudes ou crimes ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral. É formado por quatro membros efetivos, sendo um presidente, e quatro suplentes."
BRF	Sócios (investidores / acionistas)	"(...) ciente dos riscos e oportunidades que podem influenciar, positiva e negativamente, sua capacidade de geração de valor. Com uma área estruturada de gestão de riscos e uma estratégia que considera as diferentes variáveis que podem afetar os negócios, temos o compromisso de responder com agilidade aos fatores externos e garantir a perenidade do negócio, em diálogo com nossos acionistas, investidores e demais stakeholders."
Marfrig	Equidade	"Compromisso com a transparência, prestação de contas, equidade no tratamento a acionistas, parceiros e colaboradores e, sobretudo, ética. Esta é a base do modelo de governança corporativa da Marfrig Global Foods, estabelecido a partir das melhores práticas do mercado e das recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)."
Amaggi	Transparência	"(...) a comunicação com os stakeholders um processo fundamental para a perenidade do negócio. O diálogo com esse público é realizado por meio de parcerias entre a Comunicação Corporativa e as demais áreas da companhia. A Comunicação Corporativa tem como missão zelar pela imagem da empresa. Para tanto, atua como um agente estratégico em meio aos seus diferentes públicos, de maneira a oferecer transparência aos processos e compartilhar com os stakeholders os valores da companhia."
Minerva Foods	Responsabilidade corporativa	"Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando à sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e das operações."
M. Dias Branco	Prestação de Contas (accountability)	"A Companhia continua priorizando o controle de custos por meio de investimentos na verticalização da produção. Em um ano desafiador, focou a inovação de processos e produtos, no esforço por aumento da eficiência e da produtividade operacional. Em um cenário econômico adverso, os desafios em 2015 para a geração sustentável de valor aos nossos acionistas e demais stakeholders foram naturalmente maiores, exigindo a mais sábia conjugação possível entre os esforços para a superação das dificuldades conjunturais (curto prazo) e a continuidade da construção das bases estruturais para o crescimento da Companhia (médio e longo prazos). Em 2015, a receita líquida totalizou R\$ 4.622,2 milhões, apresentando um crescimento de 0,9% em relação a 2014. Esse crescimento foi influenciado pela evolução do preço médio em 2,6%, apesar da redução do volume de vendas em 1,7%, devido à retração do mercado."
Caramuru Alimentos	Gestão	"Boas expectativas para superar desafios: Em 2016, a atenção da Caramuru também estará voltada para a gestão, os processos e a qualidade de seus produtos. Em termos de produção, o grande desafio é aumentar o volume de origem em Ipameri, ampliando a participação da empresa nos mercados nacional e internacional."
Citrosuco	Auditoria independente	"Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2014-2015 da Citrosuco S.A. Agroindústria não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI-G4)." PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos Ltda.
Algar Agro	Missão, visão e valores	"Missão: Contribuir para a melhoria da sociedade por meio do desenvolvimento do agronegócio e de relacionamentos de valor. Visão: ser reconhecida pelo mercado como referência de empresa brasileira sustentável na cadeia de alimentos focada na construção de relações duradouras, produtividade e rentabilidade. Valores: cliente, nossa razão de existir; valorização dos talentos humanos; integridade; sustentabilidade e empreendedorismo."
Cia. Muller de Bebidas	Transparência (mensagem aos acionistas)	"Nossa sociedade tem se mostrado cada dia mais consciente sobre questões relacionadas ao consumo adequado de recursos naturais, preservação da fauna e flora e combate à poluição. Acidentes ambientais tem ganhado cada vez mais espaço na mídia, contribuindo para um debate de maior alcance. Neste contexto, as empresas precisam cada vez mais se engajar na busca de alternativas e melhorias ambientais que reduzam o consumo e preservem o meio ambiente. A Companhia Müller de Bebidas, tem consciência de sua responsabilidade e demonstrado ao longo dos anos, seu engajamento e aperfeiçoamento na busca das melhores práticas ambientais." RICARDO GONÇALVES DIRETOR SUPERINTENDENTE

Fonte: Elaborada pelo autor.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo identificar e evidenciar práticas de governança corporativas presentes nos relatórios de sustentabilidade nos padrões dos GRI's (*Global Reporting Initiative*).

Bem como, os resultados demonstram que, em relação da divulgação dos relatórios de sustentabilidade nos padrões da GRI (*Global Reporting Initiative*) nas empresas brasileiras do setor de alimentos e bebidas com capital 100% brasileiro no exercício de 2016, referentes às suas atividades no ano de base de 2015 e, posteriormente foram verificados a presença de aspectos de governança corporativa nestes relatórios. De uma relação de 71 empresas divulgadas pelo Valor Econômico, 10 empresas (14%) estabeleceram a prática da divulgação de seus respectivos relatórios de sustentabilidade.

Posteriormente, o estudo destes relatórios de sustentabilidade das empresas: JBS, BRF, Marfrig, Amaggi, Minerva Foods, M. Dias Branco, Caramuru Alimentos, Citrosuco, Algar Agro e Cia. Muller de Bebidas, onde ficou evidenciado a presença de aspectos de governança corporativa em todas as divulgações e, pode ser constatado que a publicação dos GRI's está embasada nos pilares e princípios da boa governança corporativa.

Ainda mais, os aspectos da equidade e transparência foram os mais vezes citados nos relatórios de sustentabilidade. Onde, de acordo com Conceição; Dourado e Silva, (2012), com objetivo de propor um estudo exploratório sobre a prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial (SE) em companhias do Brasil e demais países da América Latina, concluíram que, na Europa, Ásia e América Latina têm se destacado no esforço de adoção de práticas de divulgação de sustentabilidade empresarial ao longo do período de 1999 a 2010, especialmente a partir dos primeiros anos do século XXI, sendo as empresas de grande e médio porte aquelas mais inclinadas a aderir à prática de comunicação do desempenho em sustentabilidade empresarial.

Por outro lado, os aspectos de governança corporativa menos citados, foram os da auditoria independente dos relatórios e as menções ao conselho fiscal. Que, de acordo com Amorin et al (2017), que com o objetivo de investigar o seguinte a questão: Qual a influência do ambiente institucional dos países do BRICS no nível de divulgação

de informações ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica? Concluíram que em geral a prática de divulgação de informações ambientais pelas empresas necessitam de melhorias, haja vista o baixo nível de divulgação das empresas da Índia e da China e pela grande quantidade de indicadores que não atenderam à divulgação recomendada pela GRI quanto ao tipo de informação a ser evidenciada.

Sendo assim, foi possível concluir que, as empresas de grande porte como JBS e BRF possuem uma predisposição a divulgarem seus relatórios com uma maior evidenciação dos aspectos de governança corporativa, porém, esta não é uma regra, pois empresas como a Amaggi que, possuem uma divulgação menor dos aspectos de governança corporativa em seu relatório de sustentabilidade em relação a outras organizações de porte menor.

No momento em que, a principal contribuição teórica desta pesquisa é o fato da relação entre os relatórios de sustentabilidade nos padrões do *Global Reporting Initiative* e a governança corporativa. Além disso, é possível identificar quais são os aspectos mais evidenciados no segmento de alimentos e bebidas das empresas de capital brasileiro com maior receita líquida no exercício de 2015, segundo o Valor Econômico.

Ademais, como contribuição gerencial, um gestor poderia melhorar a evidenciação dos aspectos de governança corporativa na divulgação dos relatórios de sustentabilidade, demonstrando assim preocupações com os valores da organização, visão de futuro e o direcionamento tomado pela empresa, de maneira clara para os colaboradores, parceiros clientes, e demais *stakeholders*.

No que se refere a estudos baseados em pesquisas documentais, a mesma estará embasada na análise e interpretação do autor, sendo essa a principal limitação para validação desta pesquisa.

Então, como sugestão de estudos de casos futuro específicos, pesquisas podem apurar e evidenciar o relacionamento entre a sustentabilidade e a governança corporativa.

Por fim, também podem ser apuradas e evidenciadas em estudos de casos peculiares, as razões da falta de integração entre as informações financeiras e as de sustentabilidade (GRI) e o motivo da sua não divulgação.

REFERÊNCIAS

- Abbade, E. B., & de Vargas Mores, G. (2013). Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: Um estudo de caso em uma companhia brasileira de alimentos processados. *Revista de Negócios*, 18(2), 27-43.
- Almeida, M. A., & dos Santos, J. F. (2016). Estrutura de capital e divulgação voluntária de informações de responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras. *Revista de Ciências da Administração*, 18(45), 109-126.
- Amorim, S. M. S. S., Oliveira, M. C., Ponte, V. M. R., & de Abreu, M. C. S. (2017). Pressões Institucionais na Divulgação Ambiental das Empresas do BRICS. *Revista Organizações em Contexto*, 13(25), 245-277.
- Angotti, M., de Macêdo, H. C., & de Almeida Bispo, O. N. (2016). Poder Preditivo e Value Relevance da Demonstração do Resultado Abrangente: uma análise das companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 35(3), 1-17.
- Azevedo, J. B., Von Ende, M., & Wittmann, M. L. (2016). Responsabilidade social e a imagem corporativa: o caso de uma empresa de marca global. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 9(1), 95-117.
- Benedicto, S. C., Júnior, E. D. S. G., Pereira, J. R., & de Andrade, G. H. N. (2013). Governança corporativa: uma análise da aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 15(2), 286-300.
- Bewley, K. (2005). The impact of financial reporting regulation on the market valuation of reported environmental liabilities: preliminary evidence from US and Canadian public companies. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 16(1), 1-48.
- Bianchi, M., Fae, M. D., Gelatti, R., & da Rocha, J. M. L. (2013). Social responsibility as part of the organizational culture in socially responsible enterprises: content analysis between practice and speech/A responsabilidade social como parte integrante da cultura organizacional em empresas socialmente responsáveis: análise de conteúdo entre a prática e o discurso. *Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios*, 6(1), 160-192.
- Braga, C., Sampaio, M. S. A., dos Santos, A., & da Silva, P. P. (2011). Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 4(2), 230-262.

Borges, L. F. X.; Serrão, C. F. B. (2005). Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, 12 (24) 112-148.

Brody, R. G., Coulter, J. M., & Jewell, J. (2006). Losing the public's trust: Third-party service providers and disclosure. *The CPA Journal*, 76(9), 66.

Campos, C. J. G. (2004). MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: Ferramenta Para a Análise de Dados Qualitativos no Campo da Saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF), 57(5), 611-614.

Carvalho, A. G. D. (2002). Governança corporativa no Brasil em perspectiva. *Revista de Administração-RAUSP*, 37(3), 19-32.

Conceição, S. H., Dourado, G. B., & Silva, S. F. (2012). Global Reporting Initiative (GRI)-um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 2(3), 17-38.

Cova, C. J. G. (2008). A ADOÇÃO DAS IFRS NO BRASIL E O FORTALECIMENTO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *PENSAR CONTÁBIL*, RIO DE JANEIRO, 10(42):22-30

Dias, L. N. D. S., Soekha, L. D. O., & Souza, E. M. V. D. (2010). Estudo de caso do balanço social da Albrás: De relatórios internos ao modelo GRI. *Sociedade, contabilidade e gestão*, 3(1). 86-96

Fernandes, S. M. (2013). Fatores que influenciam o disclosure ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 5(2), 250-267.

Gomes, A. P. M. (2016). Características da governança corporativa como estímulo à gestão fiscal. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(71), 149-168.

GRI GLOBAL REPORTING INITIATIVE (2016). RECUPERADO EM: 5 DE SET DE 2016 DE [HTTPS://WWW.GLOBALREPORTING.ORG/INFORMATION/ABOUT-GRI/GRI-HISTORY/PAGES/GRI'S%20HISTORY.ASPX](https://www.globalreporting.org/information/about-gri/gri-history/pages/gri's%20history.aspx).

Grün, R. (2005). Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(58), 67-90.

INSTITUTO ETHOS. VALORES, TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA. RECUPERADO EM 1 DE SET DE 2016 EM: [HTTP://WWW3.ETHOS.ORG.BR/CONTEUDO/GESTAO-SOCIALMENTE-RESPONSAVEL/VALORES-TRANSPARENCIA-E-GOVERNANCA/#.V6-TQLSRIDU](http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/valores-transparencia-e-governanca/#.V6-TQLSRIDU)

IBGC. GOVERNANÇA CORPORATIVA. RECUPERADO EM 1 DE SET DE 2016 EM
[HTTP://WWW.IBGC.ORG.BR/INTER.PHP?ID=18161](http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161)

Kitagawa, C. H., & de Souza Ribeiro, M. (2009). Governança corporativa na América Latina: a relevância dos princípios da OCDE na integridade dos conselhos e autonomia dos conselheiros. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 20(51), 61-76.

Klotzle, M. C., & Costa, L. A. (2010). Governança corporativa e desempenho dos bancos no Brasil. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 4(4).

Leite Filho, G. A., Prates, L. A., & Guimarães, T. N. (2009). Análise os níveis de evidenciAção dos RelAtóRios de sustentAbilidAde dAs emPResAs BRAsileiRAs A+ do GlobAl RePoRtinG iniciAtive (GRi) no Ano de 2007. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(7), 43-59.

Madorran, C., & Garcia, T. (2016). Corporate social responsibility and financial performance: the Spanish case. *Revista de Administração de Empresas*, 56(1), 20-28.

Malacrida, M. J. C., & Yamamoto, M. M. (2006). Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 17(SPE), 65-79.

Marques, M. D. C. D. C. (2007). Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(2), 11-26.

Mertzanis, H. (2001). Principles of corporate governance in Greece. *Corporate Governance: An International Review*, 9(2), 89-100.

Miller, G. S., & Skinner, D. J. (2015). The evolving disclosure landscape: How changes in technology, the media, and capital markets are affecting disclosure. *Journal of Accounting Research*, 53(2), 221-239.

NAGANO, R. T., KASSAI, J. R., KUSSABA, C. T., & CARVALHO, L. N. G. (2014). A EVOLUÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE E A NECESSIDADE DA OBRIGATORIEDADE DE SUA ASSEGURAÇÃO POR TERCEIROS. IN: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS E I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, SÃO PAULO, ANAIS

Pires, C. M., Pereira, M. W. G., & Moura-Leite, R. (2015). Os elementos da responsabilidade social empresarial e sua relevância para o consumidor. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(2), 38-52.

Pletsch, C. S., Silva, A. D., & Hein, N. (2015). Responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial-ISE. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(2), 53-69.

QUINTÃO, R. T., & ISABELLA, G. (2015). A INFLUÊNCIA DA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DA ALTA E BAIXA RENDA. *E&G ECONOMIA E GESTÃO*, BELO HORIZONTE, 15(41): 231-255.

Sampaio, R. B. Q., Lima, B. C. C., de Aquino Cabral, A. C., & de Paula, Á. L. B. (2014). A Governança Corporativa e o retorno das ações de empresas de controle familiar e de controle não familiar no Brasil. *REGE-Revista de Gestão*, 21(2), 219-234.

Schneider, G. T., & Scholze, A. (2015). Mandatory Disclosure, Generation of Decision-Relevant Information, and Market Entry. *Contemporary Accounting Research*, 32(4), 1353-1372.

Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). A survey of corporate governance. *The journal of finance*, 52(2), 737-783.

Sonza, I. B., & de Oliveira Kloeckner, G. (2014). A governança corporativa influencia a eficiência das empresas brasileiras?. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 25(65), 145-160.

Wu, X. (2005). Corporate governance and corruption: A cross-country analysis. *Governance*, 18(2), 151-170.